

Idéias em Debate



VIVER AS CONTRADIÇÕES E TORNAR-SE SUJEITO NA PRODUÇÃO SOCIAL DE NOSSO ESPAÇO DE PRÁTICAS

Maria Ceci Misoczky*
Sueli Goulart**

Refletir sobre o nosso processo de trabalho é sempre importante, principalmente quando o fazemos no âmbito de um debate de idéias como este veiculado na Revista O&S. Como não poderia deixar de ser, as perspectivas que fundamentam estas reflexões são múltiplas, o que contribui para compreender quem somos, o que estamos construindo, porque nossa área de estudos é assim e, para muitos de nós, quais são os desafios para mudá-la. Via de regra, as reflexões tem sido bastante negativas: vão da sobrecarga de trabalho à qualidade do que produzimos; do ritmo e da orientação do trabalho aos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação nos quais estamos. Ainda que esta agenda seja relevante e pertinente, os avanços obtidos são poucos, já que as abordagens tendem, majoritariamente, a tratar tais problemas como se fossem externos a nós, como se fôssemos determinados por estruturas que impõem práticas às quais todos nos subordinamos como se não tivéssemos capacidade para a ação. Em vez disto, defendemos que, apesar da fetichização da produção acadêmica (TREIN; RODRIGUES, 2011) e da força institucionalizada/institucionalizadora de organizações como a CAPES, o CNPq e a própria ANPAD, a atividade intelectual¹ permanece vigente em nossos espaços de trabalho e, mais que isto, a organização e a ação política constituem-se em possibilidades que cabe a nós tornar realidade.

Iniciamos por lembrar que a Universidade está na totalidade social e que, portanto, ao mesmo tempo em que se constitui em expressão da sociedade e das forças e idéias hegemônicas, tem a responsabilidade de refletir, criticar e antecipar-se na construção de alternativas. Ao ignorar essa contradição, que nos constitui de modo fundante, teremos dificuldades para lidar com a dialética de ser parte do sistema e precisar modificá-lo. Além disto, corremos o risco, antecipado na advertência de Adorno (1998), de assumir uma aparência crítica que, no entanto, é profundamente conservadora em seu conteúdo.

Esta dificuldade se expressa no tratamento usual que tem sido dado ao tema. Um exemplo se encontra no artigo de Spink e Alves (2011), publicado no número anterior desta Revista. Nele, os autores defendem o argumento de que não é possível articular “uma universidade conectada e sem muros”, que faça parte da construção da sociedade civil e esteja inserida em espaços de discussão acessíveis a públicos mais amplos, com o que denominam “demandas produtivistas de um constante fluxo de publicações em inglês” (SPINK; ALVES, 2011, p. 341). Mais que isto, os autores afirmam que nossa ação é definida pelo espaço organizacional, ou seja, estar em um programa de pós-graduação, nível 7, implica em automática subordinação ao produtivismo e desconexão da sociedade.

Críticas como estas são conservadoras em seu conteúdo porque se restringem à aparência do fenômeno ao qual se opõem e, ao ignorar seus vínculos com a totalidade social e, por conseguinte, com as relações de poder que o constituem, fazem indicações de caminhos que, em vez de romper com a lógica que os origina, a deixarão intocada e, mesmo, reforçada. Em nosso entendimento, explorar algumas das relações que definem nosso espaço de prática contribui para exercitarmos, ainda que de modo introdutório, uma crítica que seja capaz não apenas de denunciar, mas, como ensina Paulo Freire (2006), também de produzir anúncios.

* Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/EA/UFRGS. Professora do PPGA/EA/UFRGS - Porto Alegre/RS/Brasil. Endereço: Av. Washington Luiz, 855, Sala 427. Porto Alegre/RS. CEP:90010-460. E-mail: mcaraujo@ea.ufrgs.br

** Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - PROPAD/UFPE. Professora PPGA/EAUFRGS - Porto Alegre/RS/Brasil. E-mail: sueligoulart@ea.ufrgs.br

¹ Definimos a atividade intelectual, inspiradas em Gramsci (2000), como a prática de um agente que é portador de conhecimentos específicos, um especialista que também é político e capaz de superar a divisão intelectual do trabalho.

O trabalho universitário, como já afirmamos, não poderia deixar de expressar as relações e idéias hegemônicas da sociedade na qual é realizado. Nestes tempos em que o gerencialismo invade todas as dimensões da vida associada, a ênfase na eficiência, definida como produtivismo, e na competitividade não poderia passar ao largo. Sendo assim, não é de estranhar, como já indicaram Vieira e Carvalho (2003) e Alcadipani (2011), que nossa atividade ganhe ares de *Tempos Modernos*. A mesma analogia é feita por Trein e Rodrigues (2011), para quem o produtivismo, na materialidade do *paper*, foi erigido a fetiche-mercadoria-conhecimento.

Nesta mesma direção, sob a égide da utopia do mercado total (LANDER, 2002), a educação e a produção de conhecimento só teriam valor se coincidisse com os interesses mercantis (MACHADO; BIANCHETTI, 2011). A este respeito não podemos desconsiderar as prescrições das agências internacionais, como o Banco Mundial, FMI e UNESCO, entre outras, em seu papel de disseminar, mundialmente, os instrumentos necessários para que o desenvolvimento tecnológico, financiado com fundos públicos, apóie o crescimento econômico e lucros privadamente apropriados.

Aliás, não podemos ignorar, como indica Nogueira (2009, p. 823), que “nossa era se tornou uma era de instituições e de organizações” que, em boa medida, “tendem a chamar para si as tarefas ‘pedagógicas’ que antes cabiam aos intelectuais. A sombra da burocracia agigantou-se”. Tomando a CAPES como exemplo, constatamos, além do seu agigantamento, o fenômeno do insulamento burocrático, definido por Nunes (1996) como a proteção de um núcleo técnico do aparelho de Estado contra interferências do público ou de outras organizações. Se, há alguns anos a CAPES cumpriu um papel que pode ser avaliado como parcialmente positivo no processo de organização da pós-graduação brasileira, com o passar do tempo foi se autonomizando dos programas de pós-graduação e da comunidade científica, tornando-se um fim em si mesmo. Com isso, tornou-se uma organização que, segundo critérios definidos por comitês cada vez mais afastados do escrutínio público, impõe suas definições aos programas e estes, esquecendo-se do valioso princípio da autonomia universitária, docilmente se submetem. Para sermos claras: não estamos defendendo que as normas e regras de avaliação de programas e periódicos sejam ignoradas. Estamos defendendo a necessidade de abandonarmos a posição de passivos receptores e buscarmos meios para interferir na produção social destas normas e regras.

Ou seja, estamos reconhecendo a existência de restrições em nossas práticas cotidianas e, simultaneamente, recusando o argumento da determinação estrutural. Sem dúvida, “cresceu o atrito entre a liberdade intelectual e a rotina institucionalizada o que não nos isenta de perguntar: a quem servimos hoje, em nome de quem falamos, para quem trabalhamos?” (NOGUEIRA, 2009, p. 823). Questões como estas, as quais podem ser sintetizadas na pergunta *Pra que(m) serve o teu conhecimento?*², chamam a atenção para a necessidade de investir nas possibilidades de construir alternativas e na obrigação de pensar o todo, ainda que reconhecendo a força restritiva de condicionantes políticos, travestidos de iniciativas administrativas.

Neste sentido, é bom lembrar que, mesmo dentro do aparato institucional, nossa área de estudos tem sido capaz de ações que se opõem à lógica dominante. Este foi o caso, por exemplo, do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO), realizado em Porto Alegre em 2006, no próprio espaço da ANPAD. Naquele EnEO, definimos um tema único, pautado pela problematização da inserção do conhecimento que produzimos em nosso contexto de reflexão e prática, que se expressou na formulação, livremente inspirada em Guerreiro Ramos “Deslocando o centro: apropriando teoria e prática”. Apesar de muitas manifestações de que a iniciativa seria um fracasso devido à falta de tradição em chamadas com tema único, houve uma resposta muito interessante por parte de nossa comunidade, com inúmeros trabalhos vinculados ao tema e de grande qualidade - muitos desses trabalhos foram posteriormente publicados em periódicos. Houve, ainda, outras duas inovações: a abertura para formas não convencionais em um tipo de trabalho que foi amplamente denominado de “aproximações entre estudos

² Em maio de 2008, estudantes vinculados ao Coletivo Muralha Rubro Negra e ao Diretório Central dos Estudantes produziram um mural, disposto na parede externa de um prédio no Campus da UFRGS, onde constava esta pergunta.

organizacionais e arte"; e um espaço para que grupos de pesquisa articulados - ou seja, com projetos compartilhados ou em aproximação - apresentassem suas linhas de produção de conhecimento. Infelizmente, como disse o então Presidente da ANPAD no encerramento, aquela experiência não mais se repetiria em seu âmbito. Ainda que esta afirmação continue vigente, a realização daquele EnEO permanece como registro do que somos capazes de realizar quando decidimos agir política e organizadamente.

Ainda no âmbito do aparato institucional, referimos as potencialidades de criação presentes nas atividades de grupos de pesquisa, nos quais, autonomamente, definimos nossas agendas e parcerias de trabalho, e através das quais podemos realizar a necessária e rica interação com outros grupos e organizações, bem como entre diferentes saberes.

Com relação a publicações em periódicos internacionais, mesmo os de língua inglesa, também encontramos contradições e possibilidades. Na versão hegemônica, a internacionalização é tratada por meio de indicadores tais como publicações de artigos em periódicos internacionais, transferência de pesquisadores brasileiros para o exterior ou convênios para formação ou desenvolvimento de pesquisas conjuntas com instituições estrangeiras (CARVALHO; GOULART; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005); os baixos indicadores nestes quesitos se transformam, automaticamente, em uma definição de nossa produção como sendo de baixa qualidade. A esta concepção de internacionalização as autoras denominaram subordinada.

Pensamos, no entanto, ser possível e necessário outro tipo de internacionalização através do estabelecimento de diálogos cosmopolitas, segundo a proposição de Mignolo (2000). Trata-se de uma prática incansável de, simultaneamente, produzir a partir de nossos fragmentos locais e "dirigir o olhar para nossas responsabilidades globais e nossos deveres para com o outro" (MENDIETA, 2007, p. 13). Se quisermos construir diálogos como este, precisamos superar não apenas as barreiras colocadas pelas diferenças de língua e, neste sentido, publicar em inglês pode ser uma estratégia, mas principalmente superar as barreiras derivadas do fato de que, na atual divisão do trabalho acadêmico, aqueles de nós que trabalham na periferia devem conhecer e assumir temas e referências adotados e disseminados por aqueles que trabalham no centro. Em vez disto, estamos convencidas de que vale a pena investir na construção de uma agenda que valorize a produção de conhecimento a partir das diferenças e especificidades dos múltiplos locais de enunciação; terreno propício para a fertilização mútua precisamente porque nossos objetos de estudo e as referências nas quais nos baseamos são diferentes. Portanto, são considerados principais o conteúdo e a razão estratégico-crítica envolvida na escolha e na língua que irá se publicar: qual conteúdo pode ter significado para o projeto de *um mundo em que caibam muitos mundos* (na expressão dos sandinistas), em oposição a uma hierarquia de mundos na qual, voluntariamente, nos posicionemos de modo subordinado.

Ou seja, publicar internacionalmente e na língua inglesa não implica em alinhamento automático aos critérios quantitativos nem apoio à política de internacionalização subordinada estimulada pelas agências de fomento e pela nossa própria Associação de Pós-Graduação³; tampouco significa mimetizar a agenda de pesquisas do centro. São muitos os caminhos possíveis para compartilhar o conhecimento e sua produção: tantos quanto quisermos construir, incluindo a articulação entre grupos de pesquisa de áreas diversas no País, na América Latina⁴ e, mesmo, com os países centrais, desde que em condições de igualdade e respeito mútuo. No entanto, é preciso ter claro que esses processos de articulação em múltiplas escalas só podem ocorrer se tivermos uma *práxis* situada em nossos espaços de vida e de trabalho, caso contrário, não teremos o que compartilhar. Portanto, não consideramos que seja necessário escolher entre a prática localizada e o diálogo cosmopolita - pelo contrário!

³ Veja-se, por exemplo, o Edital Ciência Sem Fronteira da CAPES (<http://www.capes.gov.br/editais/abertos/4832-ciencia-sem-fronteiras-chamada-publica-012011-graduacao-sanduiche-nos-eua->), os repetidos painéis organizados por divisões da ANPAD sobre "como publicar em periódicos internacionais" e o periódico BAR.

⁴ Veja-se, por exemplo, a Rede Brasileira de Estudos Latino-Americanos - REBELA e sua revista: <http://rebela.edugraf.ufsc.br>

Uma práxis situada em nossos espaços de vida e trabalho nos coloca em situação de luta, de disputa pela definição de critérios de avaliação, de elaboração e concorrência a editais, de orientação em projetos, de posicionamento em nossos programas de pós-graduação, em nossas universidades, em todos os espaços em que estejamos. A disputa à qual nos referimos não é aquela que serve funcionalmente ao sistema, como a que se instala na corrida por índices de produtividade, na contagem de acessos aos sítios que produzimos para divulgação de nossos trabalhos, na tentativa de angariar adeptos e seguidores a nossas propostas e agendas ou, ainda, pela pontuação de nossos programas de pós-graduação. Referimo-nos à disputa pelo “controle hegemônico do progresso técnico, do avanço do conhecimento e da qualificação”, de modo a “arrancá-los da esfera privada e da lógica da exclusão e submetê-los ao controle democrático da esfera pública para potenciar a satisfação das necessidades humanas” (FRIGOTTO, 1994 *apud* MACHADO; BIANCHETTI, 2011, p. 252).

Certamente, a inserção local é relevante para nossa práxis e também precisa ser considerada nos processos de avaliação. No entanto, este critério é impreciso e pode servir a múltiplos e contraditórios interesses. Tragtenberg (2004b, p. 15) já alertava: “em nome do ‘atendimento à comunidade’, ‘serviço público’, a universidade tende cada vez mais à adaptação indiscriminada a quaisquer pesquisas a serviço dos interesses econômicos hegemônicos [...]”. Portanto, ao fazermos a defesa da inserção nos processos sociais, precisamos expressar o conteúdo desta inserção.

Neste sentido, registramos a realização, em Porto Alegre, no início de setembro deste ano, do I Seminário Nacional de Universidade Popular (I SENUP), “idealizado e construído por inúmeros grupos de todo o Brasil que debatem o tema da Universidade pública, popular e emancipatória” (GRUPO DE TRABALHO UNIVERSIDADE POPULAR, 2011). O I SENUP⁵ foi sediado no campus da UFRGS, por iniciativa do Grupo de Trabalho Universidade Popular (GTUP), do qual participam estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes, além de integrantes de movimentos sociais. Além de ilustrar nosso argumento sobre tornar-se sujeito, mesmo nos espaços institucionalizados, recorreremos ao conteúdo de uma das sessões do I SENUP, na qual José Paulo Netto fez um alerta que contribui para pensar as inúmeras possibilidades de conteúdo de uma inserção no processo social realizada a partir da solidariedade com as lutas sociais dos oprimidos: “a sociedade brasileira não está parada. Tem tensão explodindo em tudo quanto é canto. Essa sociedade é uma panela de pressão que está submetida a um fogo altíssimo” (PAULO NETTO, 2011 *apud* GUERRA, 2011).

Para finalizar retomamos o tema das contradições nas quais estamos imersos e que só podemos reconhecer e viver porque estamos vinculados à Universidade e a Programas de Pós-Graduação que expressam idéias e forças hegemônicas que, ainda assim, podem ser disputadas. É neste enfrentamento que seremos, ou não, capazes de construir o novo “com a predisposição de conhecer para intervir e influir, no sentido de que venham a se concretizar na história, amanhã, as possibilidades mais generosas que ela pode oferecer” (RIBEIRO, 2009, p. 78). É no jogo entre estar e se opor; entre produzir com um olho na avaliação e outro na disseminação de idéias para além da comunicação acadêmica; entre festejar quando nosso Programa é avaliado com o 7 e problematizar os critérios e os processos que o avaliam; entre viver pela regra e querer mudar a regra que nos encontramos. Se perdermos esta perspectiva, não seremos capazes de nos constituir em sujeitos ativos na construção de nosso trabalho e de nossa sociedade, ficando inertes frente às turbulências e legitimando o argumento da determinação estrutural.

Post-scriptum

Cabe ainda acrescentar que o ensino - atividade fundamental na contribuição que pode dar à formação de consciência crítica - tem sido omitido nas discussões da área, com raras exceções, entre elas o texto de Rafael Alcadipani, no número anterior desta Revista, já citado neste texto. Esse tema - o ensino na Universidade

⁵ <http://senup2011.blogspot.com/>

e, especialmente, o ensino de Administração - requer e permite discussões urgentes em nosso meio. Lembrando, mais uma vez, Tragtenberg (2004a, p. 98): "a aquisição do saber deve ser acompanhada da reflexão crítica sobre o mesmo, pois o ideal não é fabricar 'quadros' dóceis, submetidos às baterias de testes das empresas privadas, mas homens que vivem as duas dimensões da liberdade: a inserção na sociedade e sua crítica simultânea". Assim, é também necessário entendê-lo na totalidade social, no contexto de processos educativos que contribuam para a organização reflexiva do pensamento, para a superação da captação mágica ou ingênua da realidade e para a construção de uma consciência crítica integrada com a realidade (FREIRE, 2006).

Referências

- ADORNO, Theodor. *Prismas*. São Paulo: Ática, 1998.
- ALCADIPANI, Rafael. Academia e a fábrica de sardinhas. *Organização & Sociedade*, Salvador, v. 18, n. 57, p. 345-348, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistaoes.ufba.br> . Acesso em 15 jul. 2011.
- CARVALHO, Cristina Amélia; GOULART, Sueli; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Internacionalização subordinada. É possível subverter as regras do jogo! In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 29.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRUPO DE TRABALHO UNIVERSIDADE POPULAR. *Nos dias 2, 3 e 4 de setembro, Porto Alegre sediará o I SENUP*. Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <http://gtup.wordpress.com/2011/08/31/484/>>. Acesso em: 10 set. 2011.
- GUERRA, André. Em debate, a Universidade Popular. *Brasil De Fato*, 10 set. 2011. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/content/em-debate-universidade-popular>>. Acesso em: 10 set. 2011.
- LANDER, Edgardo. A utopia do mercado total e o poder imperial. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v.8, n.2, p. 51-79, 2001.
- MACHADO, Ana Maria Netto; BIANCHETTI, Lucídio. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *RAE*, São Paulo, v. 51, n.3, p. 244-254, maio/jun., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v51n3/v51n3a05.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- MENDIETA, Eduardo. *Global fragments: globalization, latinoamericanisms, and critical theory*. New York: State University of New York, 2007.
- MIGNOLO, Walter D. The many faces of cosmo-polis: border thinking and critical cosmopolitanism. *Public Culture*, v. 12, n. 3, p. 721-748, 2000.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Desafios e missão do intelectual público. *Dados*, v.52, n.4, p. 821-834, 2009.
- NUNES, Edson. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Apicuri; Brasília: UnB, 2009.
- SPINK, Peter Kevin; ALVES, Mário Aquino. O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente. *Organização & Sociedade*, Salvador, v. 18, n. 57, p. 337-343, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistaoes.ufba.br> . Acesso em: 15 jul. 2011.

TRAGTENBERG, Maurício. Os caminhos da democratização da universidade. In: _____. Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Ed. UNESP, 2004a. Cap. 9, p. 95-98.

TRAGTENBERG, Maurício. A delinqüência acadêmica. In: _____. Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Ed. UNESP, 2004b. Cap. 1, p. 11-19.

TREIN, E.; RODRIGUES, José. O canto de sereia do produtivismo científico: o mal-estar na Academia e o fetichismo do conhecimento-mercadoria. *Universidade & Sociedade*, v.20, n.47, p.122-132, 2011.

VIEIRA; Marcelo M. F.; CARVALHO, Cristina. Algo está podre no reino da Dinamarca. *Organização & Sociedade*, v.10, n.26, p. 185-187, 2003.